**OS SETES SABERES NECESSÁRIOS À EDUCAÇÃO DO FUTURO**

**EDGAR MORIN**

AUTORA: ELAURA MARIA PEREIRA

CO-AUTORAS: GRAZIELLI SILVA RAMOS

LÉIA JOVIÔ DA SILVA

SIRLENE DAVINA DA CONCEIÇÃO FREITAS

**RESUMO**

Com o intuito de normalizar a educação inclusiva no Brasil, este artigo trás um estudo sobre documentos que afirmam a inclusão escolar desde 1994 com a lei de Salamanca e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96. O objetivo é de apontar os efeitos que causam a teoria e a prática e para isso utilizaremos conceitos desenvolvidos, pelo filosofo Edgar Morin, sobre as práticas pedagógicas, a infraestrutura e entrevistas com acadêmicas do curso de pedagogia.

**Palavras chave:** Educação, Inclusão, Práticas pedagógicas.

**ABSTRACT**

In order to normalize the inclusive education in Brazil, this article behind a study of documents that state school inclusion since 1994 with the law of Salamanca and the Law of Guidelines and Bases of Education 9394/96. The goal is to point out the effects that cause theory and practice and for this we will use concepts developed by the philosopher Edgar Morin, on pedagogical practices, infrastructure and interviews with academic pedagogy course.

Keywords: Education, Inclusion, pedagogical practices.

**1- INTRODUÇÃO**

O presente artigo trata da inclusão de alunos especiais na educação infantil pela visão das acadêmicas do curso de pedagogia, enfatizando a percepção dos educadores sobre os alunos com deficiências intelectuais. Diante disso justifica-se o tema “Olhares sobre a educação inclusiva na educação infantil” tornando-se relevante a partir dos questionários realizados.

Buscando expor qual a maior dificuldade enfrentada em sala de aula, na elaboração de conteúdos a serem trabalhados com os alunos que exigem uma maior atenção e cuidado na hora de sua aplicação, ter uma percepção notória a respeito do desenvolvimento de cada um, pois sabemos que há uma diferenciação de aprendizagem com as crianças sem deficiência, logo as com deficiência exigira ainda mais do professor. Lembrando que a necessidade maior não é o de apenas cuidar mais sim de elevar essa criança/aluno a um nível maior de aprendizado independente de seu grau de deficiência.

A educação de pessoas deficientes é um processo que se inicia no cenário mundial desde o século XVII. Este artigo tem como base educacional as experiências vivenciadas no ambiente de trabalho das acadêmicas.

Inclusão é um movimento educacional que vem defender o direito de todos os indivíduos envolvidos. É importante que a inclusão no sistema educacional se inicie na Educação Infantil. Este é um local no qual as questões suscitadas a respeito da diversidade e o encontro com o diferente acontecem em situações corriqueiras, diferente do que ocorre em outros níveis educacionais. A primeira infância é um lócus excepcional, este é o começo da escolarização, a partir do qual devemos discorrer e praticar uma verdadeira educação emancipatória.

No ano de 1994 a Declaração de Salamanca aprovou um conjunto de princípios que configuram as atuais políticas educacionais referentes à Educação Especial, dentre os quais a garantia da qualificação profissional dos educadores e a valorização do outro como sujeito e como ser humano que possui diferenças dentro da imensa diversidade humana. Conforme define a declaração de salamanca (1994, p. 8)

[...] As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar.

A atual Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 ressalta que os sistemas educacionais devem possibilitar o acesso de alunos deficientes às classes regulares, oferecendo suporte teórico e prático, favorecendo desta forma a inclusão escolar, “[...] há uma grande preocupação no que diz respeito a uma política inclusivista de pessoas deficientes no seio da escola regular, com apoio técnico, um atendimento digno e de qualidade em relação a recursos materiais, físicos e profissionais” (DRAGO, 2011, p.67). Além disso, este mesmo documento sustenta que o serviço especializado para o atendimento às características especiais dos educados só deverá ser instaurado se necessário.

**2- DESENVOLVIMENTO**

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Educação Inclusiva é um movimento mundial baseado nos princípios dos direitos humanos e da cidadania, onde o objetivo principal é eliminar a discriminação e a exclusão, garantindo o direito a igualdade de oportunidades e a diferença, modificando os sistemas educacionais, de maneira a propiciar a participação de todos os alunos, especialmente aqueles que são vulneráveis a marginalização e a exclusão.

Atualmente, já se tornou uma realidade nas redes públicas de ensino, alunos com necessidades especiais frequentarem a escola em salas de aula com inclusão. Isso é importante para que, “independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento, possam se desenvolver social e intelectualmente na classe regular” (BENITE, BENITE, PEREIRA, 2011, p. 48).

Isso com certeza é um avanço em relação ao passado, quando um jovem portador de necessidades especiais era excluído da sociedade, sendo mantido somente dentro de sua casa; além de não receber nenhum tipo de educação e de não participar de contatos ou atividades sociais, muitas vezes sendo até mesmo maltratado.

Entretanto, para que a inclusão de fato se concretize, é necessário que os professores estejam preparados para lidar com esse tipo de situação. O art. 59, inciso III, diz que os sistemas de ensino devem assegurar aos educando com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educando nas classes comuns” (Brasil, 1996, p. 44).

Porém, não é isso que é verificado na realidade. Silva e Retondo (2008) citam Bueno (1999), dizendo que:

“de um lado, os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalhar com crianças que apresentem deficiências evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que têm calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atendem” (SILVA e RETONDO, 2008, p. 28).

Por isso, torna-se urgente que os alunos de Pedagogia, de Psicologia, das demais licenciaturas e todos os outros profissionais que terão contato com os alunos portadores de necessidades especiais, recebam em sua formação esse preparo. É necessário que todos fiquem “atentos para propostas pedagógicas que auxiliem os docentes no melhoramento de suas concepções e fazeres escolares” (SILVEIRA e SOUZA, 2011, p. 37).

Os professores enfrentam dificuldades não só em transmitir para esses alunos as disciplinas específicas em suas áreas de formação, mas falta também o próprio conhecimento “para lidar com a língua brasileira de sinais (libras) e com a presença de intérpretes em suas aulas” (SILVEIRA e SOUZA, 2011, p. 38).

Segundo Silveira e Souza (2011, p.38), o resultado é que mesmo estando em sala de aula, muitos alunos com necessidades especiais acabam sendo apartados ou excluídos – ocorre um distanciamento deles, que não conseguem dar continuidade aos estudos.

Além dos professores que não são bem preparados,as próprias instituições de ensino não contam com recursos físicos e didáticos que visam atender às necessidades desses alunos. Por exemplo, alunos cegos necessitam de todos os livros didáticos em Braile, cadeirantes precisam que a estrutura física da escola esteja preparada para recebê-los, tendo, por exemplo, rampas, corrimãos, banheiros adaptados, entre outros aspectos. Infelizmente, não é isso que se vê em muitas escolas da rede pública, principalmente em escolas mais afastadas do centro urbano, que carecem de condições mínimas para continuarem funcionando.

Focalizando, porém, no educador, existem cada vez mais pesquisas pautadas nessa formação dos professores voltada para a educação inclusiva. Uma atividade que pode ajudar durante essa formação é “estabelecer uma via de comunicação com instituições e escolas que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais” (SILVA e RETONDO, 2008, p. 28). A elaboração de vários projetos pode ser de auxílio nesse sentido, bem como a inclusão da disciplina aspectos éticos-políticos-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais, nos cursos de graduação citados, conforme a indicação do  Ministério da Educação,  portaria 1.793/94 (Brasil, 1994).

**2.2 - A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**

Analisando o período histórico da educação inclusiva no Brasil, nos séculos XVII e XVIII, é possível notar que se evidenciam teorias e práticas sociais de discriminação, promovendo infinitas situações de exclusão. Essa época foi caracterizada pela ignorância e rejeição do indivíduo deficiente: a família, a escola e a sociedade em geral condenavam esse público de uma forma extremamente preconceituosa, de modo a excluí-los do estado social. Os deficientes mentais eram internados em orfanatos, manicômios, prisões dentre outros tipos de instituições que os tratavam como doentes anormais, “[...] na antiguidade as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas” (BRASIL, 2001, p.25). Entretanto, no decorrer da história da humanidade, observa-se que as concepções sobre as deficiências foram evoluindo “conforme as crenças, valores culturais, concepção de homem e transformações sociais que nos ocorreu diferentes momentos históricos” (BRASIL, 2001, p.25). Em meados do século XIX encontra-se a fase de institucionalização especializada: aqueles indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados nas residências, proporcionando uma “educação” fora das escolas, “protegendo” o deficiente da sociedade, sem que esta tivesse que suportar o seu contato. A partir do século XX, gradativamente, alguns cidadãos começam a valorizar o público deficiente e emerge a nível mundial através de movimentos sociais de luta contra a discriminação em defesa de uma sociedade inclusiva. Nesse período histórico corroboram as críticas sobre as práticas de ensino da época, conduzindo também questionamentos dos modelos análogos do ensino aprendizagem, gerando exclusão no cenário educacional.

**2.3 - EDUCAÇÃO INCLUSIVA E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) estabelece o direito de todos à educação, sendo o dever do Estado e da família promove-la, conforme enfatiza o Art. 2º sobre os princípios da educação nacional: Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Entretanto, o referido artigo rege a educação de todos, sem exceção e com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Os principais documentos legais, relacionados aos direitos das pessoas com NEE, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e a Declaração de Salamanca (1994) abordam algumas particularidades referentes à inclusão social e escolar desse público. Segundo determina a LDB 9.394/96: Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para os educando portadores de necessidades especiais. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educando com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ARTIGO 7 ensino regular capacitados para a integração desses educando nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público. Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educando com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. Acordado à lei supracitada, a educação especial é uma modalidade de educação escolar oferecida na rede regular de ensino, explicitando em seus parágrafos uma verdadeira edificação inclusiva. A Declaração de Salamanca manifesta de modo explícito que a rede de ensino regular deverá disponibilizar os recursos necessários ao atendimento dos alunos com NEE: Devem ser disponibilizados recursos para garantir a formação dos professores de ensino regular que atendem alunos com necessidades especiais, para apoiar centros de recursos e para os professores de educação especial ou de apoio. Também é necessário assegurar as ajudas técnicas indispensáveis para garantir o sucesso de um sistema de educação integrada, cujas estratégias devem, portanto, estar ligadas ao desenvolvimento dos serviços de apoio a nível central e intermédio. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 42) E acrescenta magistralmente as formas eficazes de desenvolvimento da verdadeira educação inclusiva: O desenvolvimento das escolas inclusivas, enquanto meio mais eficaz de atingir a educação para todos, deve ser reconhecido como uma política - chave dos governos e ocupar um lugar de destaque na agenda do desenvolvimento das nações. É unicamente desta forma que se poderão obter os recursos necessários, pois as mudanças de política e as prioridades não podem ser efetivas a não ser que se disponibilizem esses mesmos recursos. É preciso um compromisso político, tanto a nível nacional como comunitário, para obter os recursos adicionais e para reorientar os já existentes. Embora as comunidades tenham de representar um papel - chave no desenvolvimento das escolas inclusivas é igualmente essencial o suporte e encorajamento dos governos, para se conseguirem soluções eficazes e realistas. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 41) ARTIGO 8 Diante disso, fica evidente o compromisso político e encorajamento do governo e políticas públicas perante as pessoas com NEE, de forma a garantir a efetivação da inclusão social através de recursos e atendimento de qualidade nesse cenário educacional. Dentre os documentos legalmente apresentados evidencia-se o Plano Nacional de Educação que estabelecem objetivos e metas em prol das pessoas com NEE. Entretanto, patenteia-se em análise dos dispositivos legais supramencionados a constatação de que a inclusão é uma proposta de intervenção escorada pela legislação em vigor, que deve ser cumprida pela sociedade.

**2.4 - BREVE HISTÓRIA DA INCLUSÃO**

Fazendo um breve relato sobre a história de como eram tratadas as pessoas com alguma deficiência pode-se dizer que passaram do extermínio, do abandono, do período da exposição, o que na idade antiga não representava um problema de natureza ética ou moral, a um novo período em que podiam continuar vivas, embora ainda vistas como pessoas doentes, defeituosas e/ou mentalmente afetada. Na Idade Média, de acordo com as ideias cristãs, elas não podiam mais ser exterminadas; eram então, abrigadas em igrejas, conventos, asilos. Foi à época do asilismo, precursora do assistencialismo ainda visto na sociedade atual.

Buscando na história da educação, constata-se que até o século XVIII, grande partes das noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismos e ocultismo, havendo pouca base cientifica para o desenvolvimento de noções realísticas (MAZZOTA 2005, p.16). A falta de conhecimento sobre as deficiências fazia com que essas pessoas fossem marginalizadas, ignoradas. Por outro lado, o consenso social pessimista que acreditava ser a condição de “incapacitado”, “deficiente”, “inválido” da pessoa com deficiência como algo imutável, levava á omissão da sociedade em relação á organização de serviços para atender as necessidades individuais dessa população. Assim, somente quando em um determinado momento histórico (século XIX) a sociedade apresentou condições matérias mais favoráveis, é que determinadas pessoas, leigos ou profissionais, com deficiência ou não, despontaram como líderes da sociedade em que viviam, para sensibilizar, organizar medidas para o atendimento a seus pares também com deficiências.

Com o intuito de compreender como se organizou o atendimento ás pessoas com deficiência/necessidade educacionais especiais, é preciso recorrer á história e, com ela aos principais personagens, movimentos, organizações, documentos oficiais e programas especializados para o atendimento ás necessidades especiais dos alunos com deficiência que serviram de base para as chamadas políticas de inclusão no âmbito escolar, entre eles, e em especial, a sala de recursos, caracterizados como apoio á inclusão.

Segundo Mazzotta (2005, p.15)

A defesa da cidadania e do direito á educação das pessoas com deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiência podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados desde século.

Foi principalmente na Europa que surgiram os primeiros movimentos pelo atendimento ás pessoas com deficiência, Estados Unidos e Canadá e, posteriormente, para outros países, inclusive o Brasil. Inspirados em experiências concretizadas na Europa e Estados Unidos, alguns brasileiros iniciaram, já no século XIX, a organização de serviços para atendimento a cegos, surdos, pessoas com deficiências mentais e físicas. Outras instituições foram fundadas até meados do século XX, a educação das pessoas com deficiência/necessidades educacionais especiais, durante muito tempo não se apresentava interessante á economia, ou como aspecto indispensável ao desenvolvimento do país, os anos 90 trazem novas mudanças na estrutura da sociedade e da educação escolar. Chega ao Brasil à nova terminologia denominada Inclusão, hoje muito se tem falado, principalmente no Estado do Paraná, em uma inclusão responsável envolvendo todos os setores da sociedade, principalmente no âmbito escolar. A proposta da inclusão é a de enfrentar e super as situações de exclusão, reconhecendo os direitos da diversidade do aluno e estimulando sua plena participação social. Diante de tal complexidade quanto ás questões que envolvem a escola e a educação ditas “inclusiva”, há que refletir para se compreender a sociedade, o sujeito e a educação que se tem e qual a educação que se quer.

**3- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Foram entrevistadas três (03) alunas do curso de pedagogia onde já trabalham com crianças que possuem deficiência, após responderem um questionário, percebe-se que cada uma cuida apenas de uma criança, exceto uma acadêmica que cuida de cinco (05) crianças. Todas as entrevistadas tiveram algum tipo de palestra preparatória sobre inclusão, oferecida pela instituição de ensino, mas não de maneira específica a cada deficiência. Essas profissionais contam com o acompanhamento de psicólogos, fonoaudiólogo, que fazem visitas periódicas analisando o desenvolvimento das crianças, pois são vários tipos de deficiência: intelectual, síndrome de down, cadeirante, deficiente visual, deficiente auditivo e retardo mental.

Em seus relatos as acadêmicas falaram sobre a importância da participação da família no desenvolvimento da criança, e com o curso de graduação em pedagogia hoje elas estabelecem uma cisão a teoria e a prática, entre o fazer docente e a reflexão sobre esse fazer.

Além de dificuldades quanto à estruturação física, percebe-se problemas de acompanhamento dessas crianças; a maioria delas não recebe acompanhamento diferenciado, isto quer dizer, o professor não foi capacitado para receber aquele aluno, e o processo de ensino-aprendizagem se subjuga à oportunidade de socialização que alunos com NEE possui ao estar matriculados junto a alunos não portadores de NEE.

**ANEXO**

Nome: Andreia auxiliadora

Idade: 32.

1. Trabalha com quantas crianças?

05 crianças.

2. Quais os tipos de deficiência?

Cadeirante, deficiência múltipla, deficiente visual e deficiente intelectual.

3. Qual é a sua formação para trabalhar com aluno com deficiência, promovendo a inclusão?

Estudando pedagogia e alguns cursos relacionados à educação infantil especial.

4. Quais os recursos utilizados para promover o desenvolvimento escolar desse aluno?

Sala multifuncional.

5. Qual a proposta da instituição para promover a inclusão social desse aluno?

Integrar com alunos sem deficiências (interação).

6. Em sua opinião qual a importância do contexto familiar para o desenvolvimento da pessoa com deficiência.

Acompanhamento, pais sempre presente em reuniões.

7. Para aplicação das políticas de inclusão quais as dificuldades que a escola encontra?

Infraestrutura e qualificação profissional.

Nome: Leidiane de Oliveira Silva

Idade: 32

1. Trabalha com quantas crianças?

01criança.

2. Quais os tipos de deficiência?

Retardo mental.

3. Qual é a sua formação para trabalhar com aluno com deficiência, promovendo a inclusão?

Estudante de pedagogia e auxiliar da professora regente em sala multifuncional.

4. Quais os recursos utilizados para promover o desenvolvimento escolar desse aluno?

A professora trabalha com jogos de raciocínio, jogos de montar, mas quando passa para ela coisas de cobrir ela dorme.

5. Qual a proposta da instituição para promover a inclusão social desse aluno?

No caso da aluna ela precisa se socializar com outras crianças. Por que a mãe não a leva em outras escolas.

6. Em sua opinião qual a importância do contexto familiar para o desenvolvimento da pessoa com deficiência.

O contexto familiar conta tudo, pois quando a família se encontra presente a criança é capaz de construir melhor, devido ao seu problema de assimilação e de compreensão.

7. Para aplicação das políticas de inclusão quais as dificuldades que a escola encontra?

No caso da nossa escola a percepção dessas crianças estarem incluídas, recebimento de recursos, pois a nossa sala não está pronta, e formação profissional.

Nome: Vancléia Vicente

Idade: 42

1. Trabalha com quantas crianças?

01criança.

2. Quais os tipos de deficiência?

Retardo mental.

3. Qual é a sua formação para trabalhar com aluno com deficiência, promovendo a inclusão?

Curso na FEICS sobre inclusão, no SESI como trabalhar com crianças NEE.

4. Quais os recursos utilizados para promover o desenvolvimento escolar desse aluno?

Tudo que promove a coordenação motora ampla, jogos, e incentivo à autonomia.

5. Qual a proposta da instituição para promover a inclusão social desse aluno?

Incluir de forma universal toda a escola no contexto e o contexto na escola.

6. Em sua opinião qual a importância do contexto familiar para o desenvolvimento da pessoa com deficiência.

È companhia da família que se percebe melhor o desenvolvimento da criança.

7. Para aplicação das políticas de inclusão quais as dificuldades que a escola encontra?

Aceitação, eliminar preconceito, respeitar o outro como ele é, e a conscientização do profissional.

**4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

<http://construindosaberessignificativos.blogspot.com.br/2011/11/breve-historico-da-inclusao-escolar.html>

<http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=147>

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>

<http://revista.fundacaoaprender.org.br/index.php?id=159>

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental – Deficiência visual – vol. 1 – Série Atualidades Pedagógicas 6. Brasília, 2001.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/def\_visual\_1.pdf. Acesso em: 23 de maio de 2015. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l9394.htm Acesso em 23 de maio de 2015.

Morin,Edgar, 1921

Os sete saberes necessários à educação do futuro/ Edgar Morin; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. -2. Ed.rev. –São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.